

Autobiografia de Resistência: Gêneros Fora-da-Lei e Sujeitos Feministas Transnacionais*

Caren Kaplan
University of California - Berkeley

Como a maioria dos gêneros literários no Ocidente, a autobiografia tem uma história específica de origens discutíveis, parâmetros ambíguos e tema controverso. A maior parte do discurso contemporâneo em torno da autobiografia é centrada na natureza problemática da definição de gênero literário. Pode-se argumentar, porém, que a autobiografia só alcançou seu momento mais estável e valorizado no curso desta história. O caráter peripatético da autobiografia no mercado dos valores literários difere, não obstante, da de outros gêneros literários ocidentais na medida em que são seus “problemas” que parecem defini-la. Ainda que a autobiografia agora pareça tão arraigada quanto o romance, por exemplo, no cânone da literatura

ocidental, isso não apaga os sinais de tensão pronunciados no discurso crítico.

Nos Estados Unidos, campos transdisciplinares emergentes como os estudos americanos, étnicos e das mulheres têm proporcionado leituras feministas das definições e das tradições autobiográficas. Com a entrada das teorias feministas nos debates sobre a autobiografia, questões de definição e de tradição de gênero literário mudaram de modo a desafiar cânones e convenções primordialmente masculinos. Os críticos estabeleceram cânones alternativos da autobiografia ocidental que incluem narrativas de escravos afro-americanos, diários, narrativas de cativeiro, registros pessoais de sufragistas e abolicionistas, relatos de ativistas sindicais, histórias orais de imigração e de exílio e ficção modernista, entre outras formas. Com a expansão do gênero a fim de incluir vários mídia, a crítica da autobiografia precisou alfabetizar-se em fotografia, filme, vídeo, fotocópia, música, tecelagem e inúmeras outras tecnologias. Entretanto, a popularidade do *conceito* de autobiografia nas práticas e nos estudos contemporâneos da cultura ocidental não afasta o legado problemático deste gênero complicado.

Neste ensaio, gostaria de questionar se a autobiografia é ou não recuperável como estratégia feminista de escrita no contexto das filiações transnacionais entre as mulheres. Se a crítica ocidental da autobiografia constitui, ela própria, uma forma de discurso colonial, será que a crítica ocidental feminista da autobiografia dá continuidade a formas pós-coloniais de dominação cultural? Haverá estratégias de leitura e de escrita capazes de historicizar e desconstruir mitologias do nacionalismo e do individualismo? Que tipos de estratégias pós-colonialistas de escrita e leitura fazem interseção com as preocupações feministas de se criar sujeitos feministas transnacionais?

O uso do termo *transnacional* permite a ligação entre as questões que estou levantando aqui sobre gênero — nos sentidos sexual e literário — e um sistema mundial de produção cultural emergente. O termo *feminismo global* foi cooptado em muitos casos como parte de um projeto neo-imperialista que constrói agendas e sujeitos ocidentais *para* mulheres em localizações não ocidentais. A análise que Chandra Talpade Mohanty faz da função do “global” em algumas teorias feministas ocidentais revela um processo de des-historicização onde “política e ideologia são eliminadas como lutas e escolhas auto-conscientes”.¹ Para evitar a construção de categorias monolíticas como “Mulheres do Mundo” ou “Mulheres do Terceiro Mundo” ou “Mulheres do Primeiro Mundo”, um feminismo anti-racista e anti-imperialista deve articular do modo mais preciso possível as diferenças de poder e de lugar. Deve também encontrar os pontos de interseção e os pontos comuns; mas estes não constituirão alianças utópicas ou necessariamente confortáveis. Novos termos são necessários para expressar as possibilidades de uniões e filiações, bem como as diferenças, entre as mulheres que habitam lugares diferentes. O ativismo feminista transnacional é uma possibilidade. Argumentaria que este modo de filiação ocorre em muitos contextos acadêmicos e não-acadêmicos e que suas histórias e sua atual existência muitas vezes ainda estão por serem lidas.

A lei do gênero

Em seu artigo “A Lei do Gênero”, Jacques Derrida sugere que a instituição da literatura (em conluio com suas crias no humanismo ocidental — filosofia, história etc) executa um arranjo de caráter particularmente duplo. A “lei do gênero” baseia-se numa “contra-lei”, isto é, a possibilidade de limites do gênero encontra-se sempre já solapada pela impossibilidade de se manter aqueles mesmos limites. Ainda assim, a lei do gênero

afirma que os “gêneros não devem ser misturados”:

Tão logo a palavra “gênero” soa, tão logo ela é ouvida, tão logo tenta-se concebê-la, um limite é desenhado. E quando um limite é estabelecido, normas e interdições seguem logo atrás: “Faça”, “Não faça”, diz o “gênero”, a palavra “gênero”, a figura, a voz, ou a lei do gênero(...). Assim, tão logo o gênero se anuncia torna-se necessário respeitar a norma, não cruzar a linha de demarcação, não correr o risco da impureza, da anomalia ou da monstruosidade.²

Um rápido olhar pela história da crítica da autobiografia no ocidente confirma a tese de Derrida. Embora o estudo dos gêneros literários freqüentemente consista numa contínua definição e redefinição, a maior parte da crítica da autobiografia parece estar empenhada num esforço vigoroso para estabilizar e fixar fronteiras genéricas. Por exemplo, no artigo em que James Olney aponta Georges Gusdorf como aquele que “dá início” ao estudo contemporâneo da teoria da autobiografia, Gusdorf descreve esta última como “um gênero literário solidamente estabelecido; cuja história pode ser seguida através de obras primas desde as *Confissões* de Santo Agostinho até *Si le Grain ne Meurt* de Gide, tendo entre essas duas as *Confissões* de Rousseau, a *Dichtung und Wahrheit* de Goethe, as *Mémoires d'Outre Tombe* de Chateaubriand e a *Apologia* de Rousseau.”³ Os críticos ajustam o cânone de acordo com seus interesses acadêmicos, no entanto o denominador comum da crítica contemporânea da autobiografia continua sendo sua preocupação com as “condições e limites”. A autobiografia, de fato, engendra uma ansiedade crítica que pode ser peculiar às inquietações do período que vai de meados a fins do século XX. Em 1956, Gusdorf afirmou que a autobiografia podia ser delimitada, mas sua introdução à antologia de Olney, de 1980, intitulada *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*, é marcada por sinais de incerteza. “A autobiografia”, Olney

escreve, “produz mais perguntas do que respostas, de longe mais dúvidas (até sobre sua existência) do que certezas”.⁴

O lugar de destaque dado ao artigo de Gusdorf na antologia da crítica da autobiografia de Olney reflete a influência do primeiro nessa área. A perspectiva de Gusdorf sobre a especificidade cultural da escrita autobiográfica deve ser lida considerando sua posição de autoridade na produção da crítica do gênero. Parte do esforço de Gusdorf para circunscrever (e canonizar) a autobiografia inclui o traçar um limite nas fronteiras da cultura ocidental:

A autobiografia não é encontrada fora de nossa área cultural; dir-se-ia que ela expressa uma preocupação peculiar ao homem ocidental; uma preocupação que tem sido bastante útil em sua conquista sistemática do universo e que ele tem comunicado aos homens de outras culturas; mas estes homens terão sido, assim, anexados por uma espécie de colonização intelectual a uma mentalidade que não era a deles.⁵

Gusdorf não é o único crítico literário ocidental a afirmar que somente os ocidentais podem escrever autobiografias. Roy Pascal, escrevendo em 1960, alega que a autobiografia é “um produto característico da civilização ocidental pós-romântica, e que somente nos tempos modernos disseminou-se por outras civilizações”.⁶ As tentativas de Pascal de fixar os limites nacionais e culturais da autobiografia são desafiadas por suas próprias considerações sobre as memórias de Babur, o fundador turco da dinastia Mogul da Índia, que datam do século XVI. Pascal escreve:

Está além de meu propósito sugerir por que a autobiografia não emerge fora da Europa, e a existência de uma obra como as memórias de Babur, escritas no século XVI — a qual ocuparia um lugar de destaque na história da autobiografia caso

pertencesse à Europa — faz-nos hesitar em generalizar. Mas não resta dúvida de que a autobiografia é essencialmente européia.⁷

Se Pascal não considerou as memórias de Babur um desafio suficiente a sua teoria sobre o gênero, um outro crítico não teve dificuldades para acomodar os escritos do Mogul do século XVI em *sua* história do gênero. George Misch incluiu Babur prontamente numa lista de “auto-retratos de reis” que se apresentam como “seres humanos comuns de carne e osso” em “retratos que chamam a atenção por sua cor e seu frescor”.⁸ Seu monumental *Geschichte der Autobiographie*, publicado em 1907, começa com as pré-históricas Babilônia e Assíria e ambicionava encerrar-se com o final do século XIX. Sem que se discuta o orientalismo de Misch, a ausência de qualquer consideração de textos ou conceitos de auto-representação não-europeus na maior parte da crítica ocidental da autobiografia, no período pós-guerra, desperta curiosidade sobre a história da autobiografia na versão de Misch. Um questionamento das razões por que os limites do gênero são traçados em círculos cada vez mais estreitos de especificidade cultural através do século XX deve ser reservada para um tratamento mais detalhado em um outro estudo.

A crítica feminista recente da autobiografia começou a reavaliar os limites e as condições genéricas delineadas por Gusdorf. Leila Ahmed questionou a escola crítica de Gusdorf ao examinar a tradição da autobiografia em cartas arábico-islâmicas. Ahmed distingue entre as autobiografias clássicas “de governantes, autobiografias místico-religiosas e os relatos autobiográficos de *scholars*” e a autobiografia arábica moderna, de modo a levantar questões referentes à continuidade histórica nos resíduos do colonialismo europeu.⁹ Outra refutação da origem eurocêntrica da autobiografia pode ser encontrada na referência

que Domna Stanton faz aos “escritos introspectivos” de mulheres japonesas no período heiano.¹⁰ Stanton e Ahmed lêem a crítica contemporânea da autobiografia através das lentes do gênero ** com o objetivo de enxergar além das fronteiras nacionais e étnicas constituídas por no mínimo duas gerações de críticos ocidentais.

A adoção, pela crítica da autobiografia, da versão da produção de gênero literário apresentada por Derrida implica tanto em limites quanto em possibilidades. Os limites das estruturas literárias ocidentais são abundantemente óbvios nas poderosas elisões, cooptações e experimentos que constituem as margens culturais. Como contra-lei, ou *fora da lei*, tais produções freqüentemente quebram as regras mais óbvias do gênero. Localizar gêneros fora da lei nos permite uma desconstrução dos gêneros “mestres”, revelando a dinâmica de poder inserida na produção, na distribuição e na recepção literárias.

Os gêneros fora da lei no discurso autobiográfico misturam, atualmente, dois elementos convencionalmente “não misturáveis” — crítica autobiográfica e autobiografia como coisa em si. Assim, em todas as produções culturais que irei discutir, a responsabilidade crítica constitui implícita ou explicitamente um tema fundamental. Esses gêneros fora da lei emergentes buscam procedimentos que exigem maior colaboração e que estejam mais harmonizados com as diferenças de poder entre os participantes no processo de produção do texto. Assim, ao invés de um discurso de autoria individual, descobrimos um discurso de situação; uma “política do lugar”.¹¹

Examinarei um grande número de versões do discurso de situação: expansões ou revoluções das fronteiras de gênero literário que re-trabalham e desafiam noções convencionais de crítica e autor (incluindo memórias de prisão, testemunho, textos

etnográficos, “biomitografia”, “autobiografia cultural” e “psicobiografia reguladora”). Justaponho estes gêneros literários alternativos, não como uma lista abrangente ou como um mapa completo da produção literária global no que se refere à tradição “autobiográfica”, mas como indicação da variedade de estratégias de leitura e de escrita presentes na interseção entre a lei do gênero e as condições transnacionais e pós-coloniais contemporâneas.

Literatura de resistência: memórias de mulheres na prisão como gênero fora da lei

Barbara Harlow usa o termo “literatura de resistência” para descrever um corpo de textos que tem sido marginalizado nos estudos literários: escritos marcados pela situação geopolítica.¹² Como fenômeno global, a literatura de resistência é criada a partir dos conflitos políticos entre o imperialismo ocidental e os movimentos de resistência nativos não-ocidentais. A literatura de resistência, portanto, rompe várias das leis da literatura de elite: é comparativa mas nem sempre ligada a uma língua nacional; é abertamente política, às vezes anônima, sempre pressionando os limites estabelecidos para os gêneros.

Em seu artigo “From the Women’s Prison: Third World Women’s Narratives of Prison”, Harlow articula um conjunto de relações sociais capazes de incorporar preocupações feministas ocidentais mesmo enquanto possam, simultaneamente, constituir-se em oposição a certos aspectos do feminismo ocidental. Ao invés de adaptar conceitos ocidentais de “feminismo”, “autobiografia” e “individualidade” a um uso não-ocidental culturalmente específico, as escritoras encarceradas discutidas por Harlow estão produzindo gêneros literários alternativos. Ao ler essa produção cultural como externa ou de oposição à

autobiografia dominante, Harlow localiza “a emergência de um novo corpo literário a partir das condições contemporâneas de repressão política e social no Terceiro Mundo”:¹³

Os escritos de mulheres em prisões do Terceiro Mundo apresentam um duplo desafio ao desenvolvimento teórico ocidental, tanto crítico literário quanto feminista. O que pode parecer contingente como traço comum entre estes textos, ou seja, o fato de serem escritos por mulheres do Terceiro Mundo e de tratarem da experiência do encarceramento, é na verdade potencialmente construtivo de uma categoria discursiva. Genericamente, estes textos desafiam as categorias e distinções tradicionais quanto combinam formas ficcionais com registro documentário. Ademais, as experiências coletivas das mulheres e o desenvolvimento político que elas descrevem emergem de sua posição dentro de um conjunto de relações sociais que dão origem a uma ideologia secular, uma ideologia que não se baseia nos laços de gênero, raça ou etnia — que podem ser partilhados por homens e podem não ser partilhados por todas as mulheres.¹⁴

A crítica do feminismo ocidental encenada pelo relato de Harlow sobre a emergência de um gênero literário é comparável a sua crítica da estrutura narrativa. Harlow argumenta que o mesmo processo se encontra *na narrativa* assim como na estrutura social:

Do mesmo modo que instituições de poder (...) são subvertidas pela demanda, por parte dos grupos de despossuídos, por um acesso à história, ao poder e aos recursos, também os paradigmas da narrativa e sua autoridade textual estão sendo transformados pela articulação histórica e literária dessas demandas.¹⁵

A instituição da literatura — sua produção, sua distribuição e sua recepção — se transforma através desse tipo de luta de classes. Uma forma de subversão pode ser identificada como a desconstrução do autor burguês individual (o objeto sagrado da narrativa autobiográfica) e a construção de uma entidade autoral coletiva — uma espécie de consciência coletiva que “autoriza” e legitima a identidade do autor individual. Conforme explica Harlow em *Resistance Literature*: “As memórias do cárcere de presos não são escritas em benefício de uma espécie de livro próprio; ao contrário, são documentos coletivos, testemunhos escritos por indivíduos sobre sua luta comum”.¹⁶

Harlow tem o cuidado de diferenciar, dentro do próprio gênero de literatura de prisão, uma categoria específica de escritores que “não ‘descobriram’ simplesmente seu lado escritor enquanto estavam na prisão, mas que foram encarcerados porque escreviam”.¹⁷ Este grupo de escritores necessariamente concebe o ato de escrever como atividade política que liga suas experiências individuais de encarceramento com movimentos e ações sociais mais amplos. Dado que muitas prisões recusam materiais para escrever ou mesmo proíbem totalmente que presos políticos escrevam, o ato de escrever em si resiste à lógica da prisão e do poder do estado que ela representa.

A escolha da autobiografia como gênero literário por mulheres em prisões não metropolitanas ou não ocidentais irá necessariamente alterar sua própria estrutura narrativa para refletir o que Harlow chama de “consciência crítica secular”.¹⁸ Os escritos de prisão por mulheres do Terceiro Mundo não se conformam automaticamente às especificações convencionais do gênero, mas “propõem parâmetros alternativos para a definição e a articulação de convenções literárias”.¹⁹ Harlow enumera Bessie Head, Nawal al-Saadawi, Akhtar Baluch, Domitila Barrios de

Chungara, Ruth First e Raymonda Tawil como escritoras cujo trabalho constitui um gênero emergente que desafia e refaz as estruturas sociais dominantes.

Há uma crítica implícita a muitas categorias do feminismo ocidental na discussão que Harlow desenvolve sobre as memórias do cárcere por mulheres do Terceiro Mundo. Ainda assim, a teoria da literatura de resistência, vista por Harlow como um componente da transformação social, contribui para o delineamento de feminismos transnacionais. Por exemplo, Harlow afirma que os textos que ela discute reescrevem “a ordem social para incluir uma visão de novas possibilidades relacionais que transcrevam tanto divisões étnicas, raciais e de classe quanto laços de família”.²⁰ Esta concepção dos textos de escritoras do Terceiro Mundo como dinâmicos e sintéticos dilui a oposição bipolar entre feminismo ocidental e mulheres não ocidentais. Harlow desconstrói a modernidade — especificamente marcada pelo gênero — do feminismo ocidental bem como o nacionalismo anti-moderno e monolítico das mulheres não ocidentais, para propor filiações transnacionais entre os movimentos de libertação. Ler os escritos de mulheres detidas como uma literatura de resistência proporciona “novos modos de filiação” baseados nas “condições materiais das próprias pessoas”.²¹

A consciência crítica produzida pelo retrabalhar de um gênero convencional como a autobiografia num deslocamento específico como a experiência da detenção cria desestabilização do gênero literário. As categorias essenciais da autobiografia, especialmente aquelas adotadas pelo feminismo ocidental nos últimos vinte anos — a revelação da individualidade, o desdoblamento cronológico da vida, reflexões e confissões, a recuperação e a afirmação da identidade suprimida — são utilizadas, retrabalhadas e até abandonadas. A primazia dada à idéia tradicional do autor, cuja

mente é individual e única, encontra-se especialmente moribunda no contexto da “ prisão de mulheres” de Harlow. Em última análise, lemos nos textos por ela examinados a rejeição das categorias puramente estéticas em favor de uma estrutura mundana e politizada para a produção narrativa e cultural.

Dada a desconstrução do autor nos contextos pós-colonial e neocolonial, a questão que permanece é como situar o crítico e, especialmente, a figura que combina e controla as funções de tradutor, editor e colaborador na produção de tipos particulares de discurso “autobiográfico” que surgem de locais não ocidentais. O testemunho de mulheres não ocidentais, que chega ao ocidente em forma de livro, requer novas estratégias de leitura da produção cultural *como* atividade transnacional. Ver a “autora” do “testemunho” como voz autêntica e singular, sem reconhecer as mediações dos editores e as exigências do mercado editorial, pode resultar em novas formas de exotismo e racismo. A natureza da relação entre a autora e o intelectual no caso do texto testemunhal jamais é simples ou a-política, e deve sempre ser mapeada.

Literatura testemunhal e a questão da autenticidade

A literatura testemunhal, pelo fato de usualmente assumir a forma de narrativa na primeira pessoa, compilada, transcrita, recuperada ou editada por outra pessoa, participa de um domínio de colaboração particularmente delicado. Como muitos gêneros emergentes, o *testimonio* (como é chamado este tipo de texto nos contextos da América Latina) possui uma função fora da lei e uma função “dentro da lei”. Como um gênero fora da lei, a literatura testemunhal é uma forma de “literatura de resistência”; ela expressa relações materiais de transição em sociedades neo e pós-coloniais e rompe convenções literárias dominantes. A literatura testemunhal coloca

em evidência as possibilidades de solidariedade e de filiação entre críticos, entrevistadores, tradutores e o sujeito que “fala”. Como um gênero dentro da lei, o *testimonio* pode referir-se a valores coloniais de nostalgia e exotização, valores que operam através de um discurso da “verdade” e da “autenticidade”.

Várias considerações recentes sobre a literatura testemunhal enfatizam a natureza problemática do gênero e da política na produção e na recepção dessa forma emergente. Em seu estudo *The Margin at the Center: On Testimonio (Testimonial Narrative)*, John Beverley faz o mapeamento dos parâmetros do discurso do *testimonio*, enfocando as condições materiais que produzem esta forma de expressão, bem como os modos pelos quais essas condições limitam e expandem uma possível recepção. Argumentando que as formas literárias que se desenvolveram durante o período de expansão colonial não refletem meramente as relações sociais, mas atuam como agentes na formação da hegemonia, Beverley vê a literatura testemunhal como parte da luta para resistir e subverter o discurso colonial da literatura. Assim, o *testimonio* desafia as categorias santificadas da autoria singular, da estética literária e a construção cultural elitista das “obras-primas”. “O *testimonio*”, escreve Beverley, “é uma forma fundamentalmente democrática e igualitária de narrativa, já que *qualquer* vida assim narrada pode ter um tipo de valor representativo”.²²

Entre as muitas categorias importantes que Beverley cita como inerentes ao *testimonio*, a coletivização da autoria e a reafirmação da oralidade contra o domínio da escrita na cultura da literatura referem-se mais diretamente à questão da forma autobiográfica. O *testimonio*, como “forma de discurso anti-literário” ou “extra-literário”, substitui o “autor” com dois aspectos de uma função autoral: o “narrador” que conta a história e o “ouvinte” que compila e escreve a narrativa publicada.

Esse processo fortemente mediado de colaboração aponta para o cerne da recepção crítica problemática da literatura testemunhal, pois a visão ideal da “subalterna”, trazida para a esfera do discurso público através dos esforços de um meio transparente, não pode ser mantida. Mesmo quando o *testimonio* evita o “valor de verdade” documental da categoria da “história oral”, ao ressaltar a relação entre o “editor” ou “facilitador” e o “sujeito” ou “narrador”, a questão do poder permanece. Será que *testimonios* como *I, Rigoberta Menchú* ou *Let me Speak! Testimony of Domitila, a Woman of the Bolivian Mines* constituem uma apropriação ou uma ação coletiva?

Num ensaio provocativo, *Re(-)presenting Testimonial: Notes on Crossing the First World/Third World Divides*, Robert Carr enfatiza o problema da recepção do *testimonio* na América do Norte. Questionando o consumo de textos que se pretendem representativos das mulheres do Terceiro Mundo, Carr situa a literatura testemunhal em um mercado global, onde “comunidades transformadas em alteridades juntamente com seus mundos” chegam ao discurso público como já exploradas, servindo como pretextos para a “acumulação de saber e poder”.²³ A construção do “eu” no *testimonio*, nesta leitura, apaga as diferenças críticas entre as partes que são postas em contato através da produção de literatura, postulando uma “realidade plena, trans-histórica e transparente” na qual o *testimonio* se coloca como “a voz de todos os nativos americanos através da história”.²⁴ É impossível, portanto, *ler* a literatura testemunhal no ocidente livre da influência do capital e do discurso colonial. Carr opta por diferenciar entre tipos de projetos testemunhais, buscando momentos de resistência e filiação nos modos de expressão das mulheres não ocidentais, os quais trabalham contra a escolha sem saída entre a transformação em mercadoria e o apagamento.

As diferenças entre as considerações críticas de Carr e de Beverley sobre a literatura testemunhal dão-se mais em termos de grau do que em termos de tipo. Beverley reconhece os efeitos da “intervenção” editorial e as tendências apropriadoras dos leitores do Primeiro Mundo. Carr critica o processo de “tradução” transcultural inerente à produção da literatura testemunhal a partir de uma “preocupação globalizada” com as “alianças internacionais e interculturais”.²⁵ Ambos os críticos contribuem para nossa compreensão das dificuldades de se desviar dos gêneros dominantes, como a autobiografia, quando as culturas letradas, línguas e literaturas nacionais e o mercado editorial trabalham para valorizar e promover a mercantilização textual. A política do lugar determinará quais instâncias de produção narrativa podem ser lidas como de resistência, no conteúdo ou na forma, em momentos históricos específicos. Sob esta visão, o modo como lemos o *testimonio* (considerando-se quão diversos “nós” somos) detém tanto poder quanto a questão sobre o modo como este gênero é produzido.

O *testimonio*, lido como um gênero fora da lei, proporciona uma crítica poderosa do discurso colonial inerente às discussões feministas ocidentais sobre a política da identidade na autobiografia. O ensaio de Doris Sommer sobre o *testimonio* e as preocupações da autobiografia feminista, “*Not Just a Personal Story: Women’s Testimonios and the Plural Self*”, não apenas compara o “eu” singular da autobiografia ocidental convencional com o “eu” coletivo do *testimonio*. Ao ler *I, Rigoberta Menchú e Let me Speak! Testimony of Domitila, a Woman of the Bolivian Mines* como produções testemunhais exemplares, as quais requerem a colaboração da narradora, do/a entrevistador/a e, às vezes, do/a tradutor/a, Sommer enfatiza a diferença entre estratégias autobiográficas e testemunhais de identificação:

O “eu” testemunhal não nos convida a nos identificarmos com ele. Nós somos muito diferentes, e não há nenhuma pretensão aqui de se apresentar uma experiência humana universal ou essencial. (...) O singular representa o plural não porque substitui ou inclui o grupo, mas porque a narradora é uma parte distingüível do todo.²⁶

Assim, a literatura testemunhal, pela própria natureza de seu modo de produção, chama a atenção para um processo que é muitas vezes emudecido ou tornado invisível nos escritos autobiográficos. A ênfase que Sommer dá ao *testimonio* como modo de produção age contra uma mistificação do oral para revelar pontos de contradição e congruência nos escritos das mulheres. Quando Sommer lê testemunhos escritos como modelos de “sincretismo experimental”,²⁷ ela se une a Beverley e a Carr na crítica à romantização e à mercantilização de artefatos culturais transnacionais. Deste modo, argumenta Sommer:

O fenômeno do sujeito coletivo do testemunhal dificilmente constitui, então, o resultado de uma preferência pessoal da parte da escritora que presta seu testemunho. É uma tradução da postura autobiográfica hegemônica numa linguagem colonizada que não equaciona identidade com individualidade. Trata-se, assim, de um lembrete de que a vida segue nas margens do discurso ocidental, e que continua a perturbá-lo e a desafiá-lo.²⁸

O efeito desestabilizador do testemunho vem tanto através da leitura quanto da escritura; isto é, nossa responsabilidade como críticos está em abrir as categorias de modo que o processo de colaboração se estenda até a recepção. A recusa em ler escritos testemunhais de mulheres encarceradas e pobres *apenas* como uma autobiografia liga a literatura de resistência à crítica de resistência. A possibilidade de uma produção cultural feminista

transnacional exige filiações entre memórias do cárcere, escritos de vida [*life-writing*], testemunho político, autobiografia e etnografia. Cada categoria é provisória e diferente em relação a lutas e a lugares específicos. Aprender a ler as diferenças engendrará a possibilidade de descobrir semelhanças estratégicas.

Etnografia e a questão da autoria

Os escritos etnográficos partilham questões de autoria e de poder com os escritos testemunhais e com as outras formas consideradas aqui. Todos os gêneros potencialmente fora da lei são altamente mediados, produzidos dentro da matriz dos discursos coloniais e pós-coloniais que disciplinam as humanidades. Ler os escritos etnográficos como um gênero fora da lei desafia a hierarquia tradicional do cientista objetivo e do informante nativo na antropologia oficial e desmistifica os clássicos “literários” da área. Ligar a etnografia às questões levantadas pelas memórias do cárcere e pela literatura testemunhal desconstrói a nostalgia da perfeita comunicação entre o pesquisador e o “Outro”.

A recente publicação de um conjunto de livros que “lêem” a atividade de se “escrever cultura”, utilizando as várias estratégias interpretativas à disposição do crítico literário (especialmente teorias pós-estruturalistas), politizou a poética da antropologia.²⁹ Como resultado, o papel do etnógrafo como leitor e escritor foi desestabilizado e re-teorizado, enquanto a posição e a subjetividade do informante foram renegociadas.³⁰

Como parte deste processo de desestabilização e renegociação, o gênero dos sujeitos da antropologia passou a ter importância. Deborah Gordon descreve o texto etnográfico como um lugar de discursos feministas transnacionais emergentes:

Mulheres que reivindicam alguma relação com o feminismo e com os movimentos das mulheres, tanto quanto os de descolonização, estão criando novos tipos de subjetividade etnográfica ligando a etnografia indígena e feminista. A atenção voltada para a forma etnográfica deveria ocupar-se disso — *insights* e conhecimento sobre relações globais entre pessoas que se encontram em locais diversos e estão competindo pelo poder.³¹

Questões de poder e os legados do colonialismo na etnografia como modo de produção escrita precisam ser abordadas em textos que mapeiam os encontros de mulheres ocidentais e não ocidentais. Kamala Visweswaran sugere que a narrativa na primeira pessoa constitui uma forma lógica de transmitir os dilemas e as soluções da interação transcultural, mesmo quando este modo conduz a narrativas de “comunicação imperfeita” que constróem e sustentam o discurso colonial.³² Visweswaran sugere que existe um gênero inteiro de relatos “confessionais” na primeira pessoa, escritos por mulheres ocidentais, que têm sido ignorados ou rejeitados pelos antropólogos convencionais e experimentais, gênero esse que constitui um elemento importante no discurso colonial. Descartar esta literatura como “excessivamente subjetiva” ou “confessional”, ou mesmo como carente de interesse literário, equivale a não perceber as questões políticas e culturais levantadas pelos encontros entre mulheres ocidentais e não ocidentais. Visweswaran explica: “Questões de posicionalidade confrontam com mais freqüência as pesquisadoras de campo do que os pesquisadores, e a mulher etnógrafa está mais sujeita a ter que decidir em qual mundo ela entra”.³³

Tanto Kamala Visweswaran quanto Roger Keesing levantam questões sobre quem fala e sob que condições. Visweswaran afirma que “uma antropóloga feminista não pode presumir uma predisposição das mulheres em falar”.³⁴ Em seu estudo sobre a

construção da “autobiografia”, tanto pelo etnógrafo quanto pelo sujeito nativo, Keesing argumenta que a atenção escrupulosa às micropolíticas da “situação de evocação”, ao contexto do entrevistador e do entrevistado, levantam questões críticas sobre como a subjetividade das mulheres é formada, relatada e interpretada: “que empecilhos são impostos pela hegemonia ideológica e política masculina sobre o que as mulheres irão dizer de suas vidas e culturas? como etnógrafos são pegos neste processo?”³⁵ Keesing resume seu argumento:

(a) Nem o “mutismo” nem relatos articulados do eu e da sociedade representam uma reflexão direta da “condição das mulheres” ou do papel das mulheres numa sociedade; ao invés disso, (b) o que as mulheres podem dizer e dirão é um produto de circunstâncias históricas específicas; e (c) emerge em um contexto micropolítico específico das relações entre homens e mulheres como também do encontro etnográfico em si; portanto, (d) qualquer que seja o texto que derive desse encontro (seja rico e coerente ou limitado e incoerente, seja ostensivamente “autobiográfico” ou não) ele deve ser interpretado em termos dessas circunstâncias históricas e micropolíticas, que inextricavelmente inclui o/a próprio/a etnógrafo/a; (e) estes textos não podem ser vistos de forma acrítica, seja para representar a “autobiografia”, seja para constituir relatos normativos da cultura e sociedade — os textos jamais “falam por si mesmos”; e, finalmente, (f) o fracasso em obter das mulheres relatos ricos do eu e da sociedade não pode ser entendido como evidência de que elas são, em última instância, e devido à experiência de vida e ao papel social, incapazes de oferecer tais relatos; o “mutismo” deve ser sempre historicamente contextualizado e situado, e salientado com dúvida.³⁶

Se o conceito de autobiografia de Keesing, com suas noções

ocidentais de tempo cronológico e estágios psicobiológicos da vida, pode limitar a utilidade de uma parte de suas informações, o exame que ele faz da dinâmica política da comunicação na era do pós-colonialismo traz à tona questões importantes. A etnografia na qualidade de gênero autobiográfico fora da lei, como os escritos testemunhais, pede revisões radicais das noções de autoria individual e autenticidade. Para que o sujeito do texto etnográfico circule na cultura transnacional como “autor”, é preciso que mitologias essencialistas de identidade e autoria sejam desafiadas e suspensas em favor de estratégias de leitura que reconheçam as complexidades do poder na produção de escritos de vida [*life writing*] a partir de lugares não ocidentais e não metropolitanos. São grandes os interesses em (e os desafios de) se desenvolver alianças políticas não abusivas entre mulheres de diferentes partes do mundo, visando a produção de documentos que dêem poder aos sujeitos dos escritos etnográficos. As feministas, alertas à dinâmica do poder face à política de identidade, encontrarão, na literatura de resistência e nos gêneros fora da lei, modelos úteis de luta polissexual, multiétnica, multinacional e multirracial.

Biomitografia: identidades lésbicas e produção literária

Um local de luta por múltiplas estratégias de identificação, no campo da cultura ocidental nesse final de século, é o da revolução da preferência sexual politizada caracterizada pelas liberações gay e lésbica. Num esforço para identificar métodos efetivos de representação que se oponham a estereótipos danosos, escritores gays e escritoras lésbicas têm utilizado formas autobiográficas variáveis, desde aquelas convencionalmente celebratórias até as experimentais. A construção de uma entidade política que possa atuar em prol da mudança nas estruturas sociais democráticas ocidentais requer o apoio de instituições culturais como a literatura. A construção da identidade sexual e a criação

de gêneros literários estão necessariamente interconectadas no processo de produção cultural.

Em um dos ensaios mais intelectualmente insinuantes sobre autobiografia na crítica feminista dos últimos anos, Biddy Martin escreve que “boa parte dos textos lésbicos recentes é autobiográfica, muitas vezes assumindo a forma de ensaio autobiográfico e de revelações da preferência sexual [*coming-out stories*]”.³⁷ Concluir, alerta-nos Martin, que as categorias envolvidas em tal afirmação constituem pacotes totais e “estanques” seria falso. Deve-se perguntar: “o que é uma vida lésbica, o que é uma autobiografia, e que relação entre ambas poderia haver?”³⁸ Martin afirma que a ligação de dois termos tão poderosos quanto *autobiografia* e *lésbica* pode produzir leituras errôneas específicas:

Sua combinação invoca a interpretação mais convencional de cada termo, pois o *lésbica* que segue o termo *autobiografia* reforça as pressuposições convencionais da transparência dos textos autobiográficos. E o termo *autobiografia*, que precede o termo *lésbica*, sugere que a identidade sexual não somente modifica mas essencialmente define uma vida, dotando-a de um conteúdo previsível e uma identidade possuidora de continuidade e universalidade.³⁹

A discussão que Martin faz sobre os aspectos inquietantes da autobiografia delineia uma poderosa contextualização da política feminista da identidade. Para criticar o “valor de verdade” de certos tipos de *coming-out narratives*, Martin examina textos autobiográficos recentes que “trabalham contra concepções homogêneas auto-evidentes de identidade, textos onde o lesbianismo se configura como algo distinto de uma ‘auto-identificação totalizante’ e que deve ser situado em bases outras, não exclusivamente psicológicas”.⁴⁰ Martin pede leituras de histórias de vida lésbicas que partam de um ponto de vista da multiplicidade,

usando a experiência material da construção da sexualidade para acrescentá-la às reflexões sobre raça, gênero e outras distinções cruciais. Ao indicar textos de “mulheres de cor” lésbicas em antologias como *This bridge called my back*, Martin escreve:

O lesbianismo deixa de ser uma identidade com conteúdos previsíveis, para constituir uma auto-identificação e uma política totais, e, no entanto, mesmo com esta mudança ele figura não menos centralmente. Permanece uma posição de onde falar, organizar, atuar politicamente, mas deixa de ser uma base contínua e exclusiva de identidade ou política. De fato, funciona mais para deslocar do que para consolidar os limites em torno da identidade, não para dissolvê-los completamente mas para abri-los para a fluidez e para as heterogeneidades que tornam possível sua renegociação. Ao mesmo tempo em que esses textos autobiográficos representam uma crítica à sexualidade e à raça como identificações totalizantes e “essenciais”, também reconhece a importância política e psicológica, os prazeres mesmos, até, de identificações provisórias e parciais, incluindo as noções de residência e de comunidade. Em assim fazendo, permanece fiel à condição irredutivelmente complexa e paradoxal da identidade na política feminista e nos escritos autobiográficos.⁴¹

Essa desconstrução de pressuposições convencionais de identidade e gênero literário podem ser encontradas também no recente trabalho de Katie King sobre sexualidades contemporâneas e debates sobre produção cultural. Em seu ensaio *Audre Lorde's Lacquered Layering: the Lesbian Bar as a Site of Literary Production*, King ressalta o termo “biomitografia” utilizado por Audre Lorde para sua memória autobiográfica, *Zami*, como expressão que nomeia “uma variedade de estratégias genéricas na construção das identidades gay e lésbica nos Estados Unidos”.⁴² “Biomitografia”, King sugere, é “pôr no papel nossos sentidos de

identidade (...) com o material de nossas vidas".⁴³ A estratégia de gênero da biomitografia enfoca os processos, bem como o material, da narrativa autobiográfica sem insistir em nenhuma regra ou norma. Conforme King escreve,

as estratégias de gênero da biomitografia da história lésbica e gay incluem atualmente o livro e a monografia histórica, a crítica polêmica, apresentações de filme, vídeo e diapositivos, a história oral, o ensaio crítico, a análise introspectiva, a antologia acadêmica/polêmica, o romance, o poema e o conto e, indubitavelmente, outros processos também.⁴⁴

As discussões sobre gêneros literários abrangentes e identidades múltiplas, encontradas no enquadramento crítico que King e Martin fazem dos textos lésbicos, sugerem modelos instigantes para a produção cultural feminista transnacional. A biomitografia como gênero fora da lei requer um reconhecimento das “camadas de significados, de histórias, de leituras e releituras através das teias de códigos carregados de poder”.⁴⁵ Nesse sentido particularizado, “diferença” torna-se uma realidade material que pode ser mapeada. Como escreve King em outro artigo, “isto não significa que os gays não possuam interesses em comum: nós temos. Mas nossas coalizões e identidades estão em fluxo, e é apropriado que assim o seja”.⁴⁶ Fazer “mapas” de filiações e coalizões cambiantes é parte do “trabalho” da biomitografia como texto. A criação de pontes que liguem identidades e preocupações dispareces e mutáveis, trazidas à tona pela biomitografia, ecoa nas filiações políticas forjadas através do trabalho de coalizão que engendra feminismos transnacionais. A crítica da política da identidade (e das formas de autobiografia incorporadas às estruturas ocidentais modernas de identidade) exige a reformulação da questão da autoria e da individualidade encontradas nos gêneros emergentes fora da lei.

Reescrevendo o lar:

A política de coalizão da autobiografia cultural

Tradicionalmente, os textos autobiográficos ocidentais têm participado da construção de um sentido de “residência”; um processo de generalização do particular, fabricando um espaço narrativo da familiaridade e tecendo uma narrativa que une o individual ao universal. A influência homogeneizante dos gêneros autobiográficos identifica semelhanças; ler uma autobiografia envolve assimilar ou concordar com os valores e a visão de mundo do escritor. Os gêneros fora da lei renegociam a relação entre a identidade pessoal e o mundo, entre a história pessoal e a história social. Aqui, as invenções da narrativa associam-se a uma luta pela sobrevivência cultural, mais do que a uma experimentação puramente estética ou de expressão individual.

Uma preocupação com a “rápida desintegração da experiência folclórica negra” leva bell hooks a uma escrita da vida [*life writing*] e a um complicado processo de retrabalhar o gênero autobiográfico.⁴⁷ Em seu ensaio *Writing Autobiography*, hooks usa esse gênero para preservar e transmitir experiências da vida do negro no sul. A autobiografia, ela argumenta, pode se contrapor a alguns efeitos danosos do capitalismo e da dominação cultural da classe média. Recordar experiências não sincrônicas com a cultura dominante, hooks sustenta, é a atividade de sobrevivência cultural e pessoal.

Para hooks, escrever autobiografia como um registro do eu individual não é um procedimento livre de problemas. Ela começa descrevendo os bloqueios e as dificuldades que teve com o processo e a forma:

Para mim, contar a história de quando eu estava crescendo tinha uma ligação íntima com o desejo de matar o eu que eu era sem precisar realmente morrer. Queria matar aquele eu na própria escrita. Uma vez

terminado o eu — posto fora de minha vida para sempre — poderia ser o eu de mim mesma mais facilmente (...). Até que comecei a tentar escrever uma autobiografia, imaginava que seria uma tarefa simples este contar a história. No entanto, tentei ano após ano, jamais escrevendo mais do que algumas páginas.⁴⁸

Para escrever um registro de sua vida que se ligasse à experiência coletiva negra, hooks descobre que suas ilusões a respeito da autobiografia e da relação entre o escrever e o passado precisavam ser desmanteladas. Uma vez que ela passa a permitir a abertura de espaço para a natureza ficcional da memória, o processo de recordar começa a se moldar numa narrativa. A autobiografia torna-se um “lugar”, um local seguro para guardar recordações culturalmente específicas e cruciais: “recordar era parte de um ciclo de reunião, um juntar os fragmentos, ‘as peças e os pedacinhos de meu coração’ que a narrativa tornava inteiros outra vez”.⁴⁹

O unir os fragmentos no processo autobiográfico de hooks não resulta numa acomodação sem emendas das regras do gênero literário. Ao contrário, o processo de delineamento de um espaço narrativo para a coexistência de partes dispare sublinha uma tensão produtiva entre a homogeneidade e a diferença. Em seu ensaio *Coalition Politics*, Bernice Johnson Reagon argumenta que deve-se fazer uma distinção entre “lar” e “coalizão”; uma diferença entre a malha de segurança da similaridade e da familiaridade e o terreno difícil, mas necessário, da diversidade e do estranhamento.⁵⁰ Escrever a história de uma vida, seja como uma afirmação do “lar”, seja como uma declaração de filiação através do trabalho de coalizão, exige versões alternativas do eu, da comunidade e da identidade, versões que podem ser lidas na produção de alguns tipos de gêneros fora da lei.

O modo como a autobiografia é retrabalhada nos escritos de bell hooks expande-se com a noção de “autobiografia cultural” que Reagon propõe em seu ensaio *My Black Mothers and Sisters or On Beginning a Cultural Autobiography*.⁵¹ Aqui Reagon explora as condições do “lar” e os lugares precários do trabalho de coalizão sem utilizar as convenções de identidade celebradas na autobiografia convencional. Ao retrabalhar uma história de inspiração e filiação, Reagon escreve sobre sua mãe, sua avó, sua bisavó, sua professora (Ms. Daniels), e Miss Nana (uma cantora de sua igreja). Refletindo sobre a necessidade de nomear e recordar as pessoas que lhe deram as habilidades e a inspiração para sobreviver, Reagon teoriza uma forma de autobiografia que descreve tanto uma comunidade engendrada [*gendered*] quanto uma forma de nacionalidade: “As mulheres negras são nacionalistas em nossos esforços para formar uma nação que sobreviverá nesta sociedade, como também somos as principais portadoras culturais e transmissoras das tradições de nosso povo”.⁵²

A autobiografia cultural de Reagon amplia os parâmetros e o conteúdo das escritas de vida. Reivindicar uma história e construir uma comunidade forte e diversa, permite ao biógrafo cultural um alicerce para a difícil tarefa de coalizão. Expandir os limites das escritas de vida para incluir a coalizão, as atividades cooperativas de pessoas e grupos com pontos de vista distintos, desafia os termos da autobiografia convencional. O processo de distinguir entre amigo e inimigo, entre o eu e os outros, entre partes opostas do eu, enquanto se lida com as ligações e as filiações que constituem comunidades diante do racismo, do sexism, da homofobia institucionalizadas e outras formas de violência cultural, exige muitas estratégias. A autobiografia cultural como um gênero fora da lei trabalha para construir lugares “seguros” e zonas-limite da política de coalizão, onde a diversidade opera em condições de crise para

forjar alianças temporárias poderosas. Bernice Reagon nos lembra que a atividade de coalizão só é assumida por aqueles que reconhecem não haver outra solução para a violência sistêmica do racismo, do sexismo e de outras formas de opressão moderna. “Você não entra em uma coalizão porque *gosta*”, ela escreve. “A única razão que levaria você a tentar se articular com alguém que poderia matá-la é o fato de esta ser a única maneira que você pode imaginar para continuar viva”.⁵³

Permanecer viva — sobrevivência cultural e pessoal — abastece os motores narrativos dos gêneros fora da lei. Uma relação de oposição à escrita, e a gêneros literários como a autobiografia, requer que se abrace estratégias narrativas não familiares, bem como a inserção legitimadora dos próprios modos de expressão e dos próprios sistemas de significação. As histórias de coalizão — seu dinamismo e suas dificuldades — podem ser mapeadas como autobiografias culturais de comunidades em crise e em resistência. A luta na escrita permanece como algo para ser lido e reconhecido pela crítica literária. Primeiro, é preciso ler as narrativas da política de coalizão como autobiografias culturais. Segundo, histórias pessoais que ligam o indivíduo à comunidades específicas em determinadas conjunturas históricas podem ser lidas como autobiografias culturais. O elo entre o indivíduo e a comunidade, forjado na leitura e na escrita da política de coalizão, desconstrói o individualismo do legado autobiográfico ocidental e transforma a escrita e a leitura dos gêneros fora da lei em modos de sobrevivência cultural.

Psicobiografias reguladoras: sujeitos pós-coloniais

Mesmo quando a interação do trabalho de coalizão com identidades diversas possibilita oportunidades para a expressão

de posições de sujeito “subalterno”, Gayatri Spivak sugere que existe um outro sujeito que é tão sub-representado a ponto de estar ausente até dos gêneros fora da lei “emergentes”. Baseando-se no trabalho de June Nash e Maria Patricia Fernandez-Kelly, Spivak considera a diferença entre o sujeito colonial e o novo sujeito neocolonial internacional, encontrado na proliferação de zonas de processamento de exportação (também conhecidas como ZPEs).⁵⁴ As ZPEs, ou “zonas de livre comércio”, emergiram a partir de meados da década de 1960, quando a industrialização voltada para a exportação tornou-se o modo preferido de desenvolvimento. As barreiras comerciais protecionistas que funcionavam em favor de nações individuais como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha foram desmontadas para a construção das ZPEs. Estas requerem um “fluxo livre” de “capital e mercadorias através das fronteiras nacionais”, contribuindo para a criação da cultura transnacional.⁵⁵ Annette Fuentes e Barbara Ehrenreich relatam que a maioria dos mais de um milhão de trabalhadores nas ZPEs é de mulheres, e que é feminina a força de trabalho preferida nas indústrias sob controle multinacional e nas fábricas domésticas subcontratadas fora das ZPEs.⁵⁶ Este é o contexto para a análise que Spivak faz da condição das mulheres na cultura transnacional, “fraturada pela divisão internacional do trabalho”.⁵⁷

Spivak descreve uma época quando o sujeito tradicional do colonialismo era violentamente remodelado por um capitalismo consumidor. Na medida em que o imperialismo territorial desenvolveu códigos legais e sociais para legitimar a nova estrutura colonial, o sujeito colonial entrou na “luta pelo individualismo”.⁵⁸ Aproveitando a descrição de Spivak sobre a formação do sujeito subalterno, eu argumentaria que a expressão autobiográfica, juntamente com outros marcos culturais do individualismo, tornou-se parte da economia do colonialismo,

isto é, parte da divisão do trabalho que produziu posições de sujeito e artefatos da subjetividade. Podemos localizar a maioria das literaturas de resistência e dos gêneros fora da lei nas fronteiras entre os sistemas colonial e neocolonial, onde a subjetividade, o poder cultural e a sobrevivência encontram-se expressados na era moderna.

Spivak argumenta que no neocolonialismo, exemplificado pela economia das ZPEs, a “elaborada constituição do sujeito não é necessária”:

Nenhuma estrutura legal precisa ser formulada para o exército de “temporários permanentes”, apenas o ludibriar de regras rudimentares de trabalho e segurança estão na agenda. Não é mais necessário nenhum treinamento consistente em consumo. As indústrias podem mudar. Os mercados estão em outro lugar. (...) Assim essas mulheres e homens estão cada vez mais se afastando de nós. O capitalismo eletrônico não os está incluindo na cultura pós-moderna. Eles estão entrando novamente naquilo que Partha Chatterjee chamou o “modo feudal de poder”.⁵⁹

A divisão do trabalho nas zonas de livre comércio passa ao largo do moderno e do pós-moderno para lançar populações deslocadas a estruturas feudais de dominação. E, como as mulheres são favorecidas pelas multinacionais por terem supostamente temperamento dócil e dedos ágeis, construções nativas de gênero, há muito estabelecidas, são rompidas e renegociadas. As mulheres são sujeitas ao que Spivak chama de “dupla cilada”:

Diferentemente do que ocorre no contexto clássico (...) nesta nova feudalização os homens são postos contra as mulheres. O modo feudal de poder não pode agora ser contestado pela invocação de modos comunais de poder (...) a partir de *baixo*, como nos

casos de insurreição pré-capitalista. Além disso, a ascensão ao modo de poder burguês (...) também se torna muito mais difícil para estas mulheres. Assim, este novo modo feudal de poder não pode ser enfrentado facilmente de *cima* por estas mulheres e por suas representantes.⁶⁰

Pode a prática crítica dos gêneros fora da lei, conforme definidos até aqui, dirigir-se a este sujeito neocolonial? Existirão gêneros fora da lei que interajam com o novo modo de produção feudal em operação nas ZPEs? Os gêneros fora da lei provocam as práticas críticas ocidentais a expandir seus parâmetros e, consequentemente, a trocar o sujeito autobiográfico, indo do indivíduo a uma entidade coletiva mais instável. Se o sujeito individual não é constituído na estrutura social das zonas de livre comércio (em qualquer de suas áreas tradicionais: direito, psicologia, medicina e assim por diante), que formas de produção cultural trabalham contra a dominação e a exploração?

Visto que nem as teorias psicanalíticas pós-estruturalistas sobre a formação do sujeito, nem aquelas das relações-objeto podem lidar de modo adequado com a constituição do sujeito neocolonial e seus opressores, Spivak argumenta que as críticas feministas precisam desenvolver um procedimento alternativo, um método mais intensamente colaborativo. A forma “narrativa” que precisa ser inventada é a “psicobiografia reguladora”: são as expressões “que constituem o efeito-sujeito dessas mulheres, que dão a elas um sentido de seu ‘eu’”⁶¹. As narrativas-modelo às quais Spivak se refere como “psicobiografias reguladoras” são menos óbvias para “nós” no presente momento. Spivak pergunta: “quais narrativas produzem os significantes do sujeito para outras tradições? (...) Traços desta psicobiografia podem ser encontrados na tradição legal indígena, nas escrituras e, é claro, no mito”.⁶²

Em seu estudo das mulheres das zonas de livre comércio da Malásia, Aihwa Ong descobriu “quatro conjuntos de discursos que se sobrepõem sobre mulheres que trabalham nas fábricas: o corporativo, o político, o islâmico e o pessoal”.⁶³ Se abraçarmos o projeto de Spivak, as psicobiografias reguladoras produzidas no contexto malasiano estudado por Ong, por exemplo, exigiriam um estudo densamente estratificado, com *input* de pessoas com várias formas de especialidade e conhecimento. Spivak sugere às feministas ocidentais que desenvolvam as habilidades e os métodos necessários para esse projeto de coalizão multiestratificado. Sem esse esforço, ela avisa, deixaremos o conhecimento transnacional nas mãos do complexo industrial-militar.

Feminismo transnacional e a política da cultura

Uma discussão dos gêneros autobiográficos fora da lei na era pós-colonial e neocolonial do capital transnacional nos conduz a uma concepção de trabalho colaborativo que pode ser mais bem descrito pelo termo “tecnologias feministas de escritura”, cunhado por Katie King.⁶⁴ Levando-se em consideração a concepção colaborativa da “psicobiografia reguladora” proposta por Spivak, a expressão “tecnologias feministas de escritura” sugere um projeto global que emprega os esforços de muitas pessoas, ao invés da mão isolada que leva a caneta ao papel, ou do indivíduo digitando num teclado. As “tecnologias feministas de escritura” podem transformar a produção cultural, de procedimentos individualizados e estetizados, em coalizões transnacionais historicizadas e colaborativas. Entretanto, como as tecnologias de comunicação eletrônica que utilizamos são literalmente feitas por mulheres nas zonas de livre comércio e por nossas “irmãs” nas linhas de montagem do Ocidente, as feministas ocidentais precisam estar alertas para nossa participação na divisão internacional do trabalho. Feminismos transnacionais são possibilitados pelas condições

mesmas que criaram o “subproletariado feminino do Terceiro Mundo”, o sujeito neocolonial. Desse modo, para citar Saralee Hamilton, “se o feminismo pretende significar alguma coisa para as mulheres de todo o mundo, terá que encontrar novas maneiras de resistir internacionalmente ao poder corporativo”.⁶⁵

Neste sistema mundial de participação assimétrica na produção cultural e industrial, as atividades de escrever e ler não podem permanecer neutras. Essas dinâmicas de poder constróem gêneros e contra-gêneros literários, incluindo a autobiografia e a crítica. A autobiografia pode não ter tido um papel central nos estudos literários até recentemente, mas sua condição de *outsider* não a alinhou automaticamente à resistência. Neste ensaio argumentou-se que a resistência constitui um modo de necessidade histórica, que o feminismo ocidental precisa participar nesse momento, e que a prática crítica dos gêneros fora da lei desafia as estruturas hierárquicas do patriarcado, do capitalismo e do discurso colonial. Ler memórias de prisão, *testimonio*, etnografia, “biomitografia”, autobiografia cultural, “psicobiografia reguladora” e outros desafios às convenções da autobiografia, a partir de uma postura de oposição, conduz a crítica feminista ocidental a um trabalho de coalizão transnacional. A crítica feminista como militância, num sentido transnacional expandido, produzirá teorias e métodos de representação cultural fundamentados nas condições materiais de nossas semelhanças e diferenças. A desconstrução da autobiografia na crítica feminista transnacional assinala a constituição de “tecnologias de escritura”, que podem trabalhar *para* e *com* as mulheres, de maneira que a lei do gênero não mais domine a representação e a expressão por mulheres de diferentes partes do mundo.

Tradução de Fernando Vugman
Revisão de Cláudia Lima Costa

(*) Publicado pela primeira vez como “Resisting Autobiography: Out-Law Genres and Transnational Feminist Subjects”. In: Sidonie Smith and Julia Watson (orgs.), *De/Colonizing the Subject: The Politics of Gender in Women's Autobiography* (University of Minnesota Press, 1992), pp. 115-138. © The Regents of University of Minnesota. All rights reserved. No part of this publication may be reproduced, stored in a retrieval system, or transmitted, in any form or by any means, electronic, mechanical, photocopying, recording, or otherwise, without the prior written permission of the publisher.

(**) Gênero (*gender*) aqui refere-se à oposição masculino e feminino, não ao gênero literário (*genre*) (N.T.)

NOTAS

1. Chandra Talpade Mohanty, “Feminist Encounters: Locating the Politics of Experience,” *Copyright*, Fall 1987, p. 35.
2. Jacques Derrida, “The Law of Genre”, trans. Avital Ronell, *Glyph* 7 (1980), pp. 203-4.
3. Georges Gusdorf, “Conditions and Limits of Autobiography,” trans. James Olney, in James Olney (org.) *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1980, p. 28.
4. James Olney, “Autobiography and the Cultural Moment: A Thematic, Historical, and Bibliographical Introduction,” in James Olney (org.), op. cit., p. 5.
5. Gusdorf, op. cit., p. 29.
6. Roy Pascal, *Design and Truth in Autobiography*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1951, p. 180.
7. Idem, *ibid.*, p. 22.
8. Geroge Misch, *A History of Autobiography in Antiquity*, vol. 1. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1951, p. 272.
9. Leila Ahmed, “Between Two Worlds: The Formation of a Turn-of-the-Century Egyptian Feminist”. In: Bella Brodzki e Celeste Schenck (orgs.) *Life/Lines: Theorizing Women's Autobiography*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1988, p. 154.
10. Domna C. Stanton, *The Female Autograph: Theory and Practice of*

Autobiography from the Tenth to the Twentieth Century. New York: New York Library Forum, 1984, p. 6.

11. Discussões úteis sobre a “política do lugar” podem ser encontradas em Adriene Rich, “Notes toward a Politics of Location”. In: *Blood, Bread, and Poetry: Selected Prose 1979-1985*. New York: W. W. Norton, 1986, pp. 210-31. Donna Haraway, “Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privile of Partial Perspective”. In: *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge, 1991, pp. 183-201. Mohany, “Feminist Encounters” e artigos incluídos em “Third Scenario: Theory and the Politics of Location”, número especial. In: John Akomfrah e Pervaiz Ichan (orgs.), *Framework* 36 (1989), pp. 4-96.
12. Barbara Harlow, *Resistance Literature*. New York: Methuen, 1987.
13. Barbara Harlow, “From the Women’s Prison: Third World Women’s Narratives of Prison”. In: *Feminist Studies* 12 (Fall 1986), p. 501-24.
14. Idem, ibid.
15. Idem, ibid.
16. Barbara Harlow, op. cit., 1987, p. 120.
17. Idem, ibid.
18. Barbara Harlow, op. cit., 1986, p. 508.
19. Barbara Harlow, *Resistance Literature*, op. cit., p. 136.
20. Idem, ibid., p. 142.
21. Idem, ibid., pp. 147-148.
- 22 John Beverley, “The Margin at the Center: On Testimonio (Testimonial Narrative)”. In: *Modern Fiction Studies* 35 (Spring 1989), p. 16.
23. Robert Carr, “Re(-)presenting Testimonial: Notes on Crossing the First World/Third World Divides” (Manuscrito, julho de 1990), p. 6. Publicado em espanhol como “Re(-)presentando el Testimonio: Notas sobre el Cruce Divisório Primer Mundo/Tercer Mundo”. In: *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, 36, 1992, pp. 73-94 (N.T.).
24. Idem, ibid., p. 21.
25. Idem, ibid., p. 6.
26. Doris Sommer, “‘Not Just a Personal Story’: Women’s *Testimonios* and the Plural Self”. In: Bella Brodzki e Celeste Schenck (orgs.), *Life/Lines:*

Theorizing Women's Autobiography. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1988, p. 108.

27. Idem, *ibid.*, p. 111.

28. Idem, *ibid.*

29. Ver George E. Marcus e Michael M. J. Fischer (orgs.), *Anthropology as Cultural Critique*. Chicago: University of Chicago Press, 1986. James Clifford e George E. Marcus (orgs.), *Writing Culture: The Politics and Poetics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986. James Clifford, *The Predicament of Culture*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1988.

30. Ver James Clifford, "On Ethnographic Authority". In: *The Predicament of Culture*, op. cit., pp. 21-54.

31. Deborah Gordon, "Writing Culture, Writing Feminism: The Poetics and Politics of Experimental Ethnography". In: *Inscriptions*, 3/4 (1988), p. 21.

32. Ver Kamala Visweswaran, "Defining Feminist Ethnography" In: *Inscriptions*, 3/4 (1988), pp. 27-46.

33. Idem, *ibid.*, p. 33.

34. Idem, *ibid.*, p. 37.

35. Roger M. Keesing, "Kwaio Women Speak: The Micropolitics of Autobiography in a Solomon Island Society". In: *American Anthropologist*, 87 (1985), p. 37.

36. Idem, *ibid.*, p. 27.

37. Biddy Martin, "Lesbian Identity and Autobiographical Difference(s)". In: Bella Brodzki e Celeste Schenck (orgs.), op. cit., p. 77.

38. Idem, *ibid.*

39. Idem, *ibid.*, p. 78.

40. Idem, *ibid.*, p. 82.

41. Idem, *ibid.*, p. 103.

42. Katie King, "Audre Lorde's Laquered Layerings: The Lesbian Bar as a Site of Literary Production". In: *Cultural Studies*, 2 (1988), p. 331.

43. Idem, *ibid.*, p. 330.

44. Idem, *ibid.*, p. 331.

45. Idem, *ibid.*, p. 336.
46. Katie King, "Producing Sex, Theory and Culture: Gay/Straight ReMappings in Contemporary Feminism". In: Marianne Hirsch e Evelyn Fox Keller (orgs.), *Conflicts in Feminism*. New York: Routledge, 1990, pp. 82-101.
47. bell hooks, "Writing Autobiography". In: *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*. Boston: South End, 1989, p. 158.
48. Idem, *ibid.*, p. 155.
49. Idem, *ibid.*, p. 159.
50. Bernice Johnson Reagon, "Coalition Politics: Turnig the Century". In: Barbara Smith (org.), *Homegirls: A Black Feminist Anthology*, New York: Kitchen Table (Women of Color Press), 1983.
51. Bernice Johnson Reagon, "My Black Mothers and Sisters or On Beginning a Cultural Autobiography". In: *Feminist Studies* 8 (Spring 1982), pp. 81-96.
52. Idem, *ibid.*, p. 82.
53. Bernice Johnson Reagon, op. cit., pp. 356-57.
54. June Nash e Maria Fernandez-Kelly (orgs.), *Women, Men and the International Division of Labor*. Albany: State University of New York Press, 1983. Ver também Annette Fuentes e Barbara Ehrenreich, *Women in the Global Factory*. Boston: South End, 1983.
55. Annette Fuentes e Barbara Ehrenreich, op. cit., p. 9.
56. Idem, *ibid.*, p. 11-12.
57. Gayatri Chakravorty Spivak, "The Political Economy of Women as Seen by a Literary Critic". In: Elizabeth Weed (org.), *Coming to Terms: Feminism, Theory, Politics*. New York: Routledge, 1989, p. 219.
58. Idem, *ibid.*, p. 224.
59. Idem, *ibid.* Ver também Partha Charterjee, "Agrarian Relations and Communalism in Bengal, 1926-1935". In: *Subaltern Studies*, vol. 1. Dehli: Oxford University Press, 1982, pp. 9-38. Partha Charterjee, "More on Modes of Power and the Peasantry". In: Ranajit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak (orgs.), *Selected Subaltern Studies*. New York: Oxford University Press, 1988, pp. 351-390.

60. Gayatri Chakravorty Spivak, "Political Economy of Women", op. cit., p. 225.
61. Idem, ibid., p. 227.
62. Idem, ibid.
63. Aihwa Ong,, "Colonialism and Modernity: Feminist Re-presentations of Women in Non-Western Societies". In: *Inscriptions*, 3/4 (1988), p. 88.
64. Ver os trabalhos em andamento de Katie King, "Crafting a Field: Feminism and Writing Technologies" (apresentado na Princeton University em 12 de abril de 1990) e "Feminism and Writing Technologies" (apresentado no encontro anual da Modern Language Association, em 28 de dezembro de 1988).
65. Saralee Hamilton, coordenadora da AFSC Nationwide Women's Program, citada em Annette Fuentes e Barbara Ehrenreich, op. cit., p. 59.